

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	14
----------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	53
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	56
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	228.001
Preferenciais	0
Total	228.001
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	859.100	595.948	405.582
1.01	Ativo Circulante	115.406	30.356	13.517
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	103.164	20.551	8.012
1.01.03	Contas a Receber	9.831	8.101	4.249
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	9.831	8.101	4.249
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.357	933	558
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.357	933	558
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.054	770	695
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	1	3
1.01.08.03	Outros	0	1	3
1.02	Ativo Não Circulante	743.694	565.592	392.065
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	37.064	19.367	11.882
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	20.939	0	0
1.02.01.01.03	Aplicação Financeira Vinculada	20.939	0	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.423	10.932	6.400
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.423	10.932	6.400
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	2	12
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.702	8.433	5.470
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	7.702	8.433	5.470
1.02.03	Imobilizado	1.683	4.230	4.904
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.683	4.230	4.904
1.02.04	Intangível	678.951	511.845	340.976
1.02.04.01	Intangíveis	678.951	511.845	340.976
1.02.05	Diferido	25.996	30.150	34.303

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	859.100	595.948	405.582
2.01	Passivo Circulante	100.800	276.662	48.654
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.804	3.803	2.990
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.804	3.803	2.990
2.01.02	Fornecedores	19.242	14.165	14.590
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.242	14.165	14.590
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.387	2.513	1.865
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.387	2.513	1.865
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	11.838	205.525	2.176
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	11.838	205.525	2.176
2.01.05	Outras Obrigações	58.288	48.522	25.741
2.01.05.02	Outros	58.288	48.522	25.741
2.01.05.02.04	Fornecedores - Partes Relacionadas	5.592	6.227	4.784
2.01.05.02.05	Cauções Contratuais de Fornecedores	8.062	5.987	7.313
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	347	1.368	342
2.01.05.02.07	Taxa de Fiscalização	807	743	713
2.01.05.02.08	Transações com partes relacionadas	38.278	23.871	12.589
2.01.05.02.09	Adiantamento de seguros	5.202	10.326	0
2.01.06	Provisões	3.241	2.134	1.292
2.01.06.02	Outras Provisões	3.241	2.134	1.292
2.01.06.02.04	Provisão para investimentos em rodovias	2.107	2.134	1.292
2.01.06.02.05	Provisão para manutenção em rodovias	1.134	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	534.477	128.011	301.924
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	403.923	3.822	181.886
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	403.923	3.822	181.886
2.02.02	Outras Obrigações	110.000	110.000	110.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	110.000	110.000	110.000
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	110.000	110.000	110.000
2.02.03	Tributos Diferidos	1.681	712	525

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.681	712	525
2.02.04	Provisões	18.873	13.477	9.513
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	379	552	450
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	215	212
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	249	253	196
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	130	84	42
2.02.04.02	Outras Provisões	18.494	12.925	9.063
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	14.590	8.274	2.602
2.02.04.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	3.904	4.651	6.461
2.03	Patrimônio Líquido	223.823	191.275	55.004
2.03.01	Capital Social Realizado	228.001	213.001	68.001
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.178	-21.726	-12.997

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	391.970	303.684	236.933
3.01.01	Serviços prestados	199.693	134.928	95.179
3.01.02	Receita dos serviços de construção	209.365	180.198	149.546
3.01.03	Receitas Acessórias	227	76	116
3.01.04	Deduções dos serviços prestados	-17.315	-11.518	-7.908
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-320.737	-278.144	-226.278
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-111.372	-97.946	-76.732
3.02.02	Custo dos serviços de construção	-209.365	-180.198	-149.546
3.03	Resultado Bruto	71.233	25.540	10.655
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.932	-12.638	-11.360
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.967	-13.206	-11.360
3.04.02.01	Remuneração da Administração	-788	-650	-646
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.179	-12.556	-10.714
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	35	568	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	56.301	12.902	-705
3.06	Resultado Financeiro	-29.442	-25.976	-17.744
3.06.01	Receitas Financeiras	7.662	875	1.157
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.104	-26.851	-18.901
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	26.859	-13.074	-18.449
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.311	4.345	5.830
3.08.01	Corrente	-5.833	0	0
3.08.02	Diferido	-3.478	4.345	5.830
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.548	-8.729	-12.619
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	17.548	-8.729	-12.619
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,76960	-0,04098	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	17.548	-8.729	-12.619
4.03	Resultado Abrangente do Período	17.548	-8.729	-12.619

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	89.394	21.147	6.349
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	89.374	21.147	6.349
6.01.01.01	Prejuízo líquido do exercício	17.548	-8.729	-12.619
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	17.155	13.861	7.020
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.478	-4.345	-5.830
6.01.01.04	Juros e variações monetárias sobre mútuos	15.600	10.057	7.517
6.01.01.05	Despesas de juros, líquidas das receitas	19.706	13.752	9.147
6.01.01.06	Resultado financeiro de ajuste a valor presente	-203	652	467
6.01.01.07	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	-173	102	450
6.01.01.08	Provisão para manutenção em rodovias	7.759	5.379	2.521
6.01.01.09	Contas a receber	-1.730	-3.852	-4.125
6.01.01.10	Despesas antecipadas, outros ativos e depósitos judiciais	450	-3.026	-5.822
6.01.01.11	Impostos a recuperar	-424	-375	-242
6.01.01.12	Fornecedores	36.058	1.585	9.040
6.01.01.13	Fornecedores partes relacionadas	-635	1.443	-44
6.01.01.14	Obrigações sociais	1.001	813	1.793
6.01.01.15	Obrigações fiscais	6.385	648	171
6.01.01.16	Taxa de fiscalização	64	30	53
6.01.01.17	Juros pagos	-23.084	-18.200	0
6.01.01.18	IRPJ e CSLL pagos	-5.511	0	-3.148
6.01.01.19	Cauções Contratuais	2.075	0	0
6.01.01.20	Outros Passivos	-6.145	11.352	0
6.01.03	Outros	20	0	0
6.01.03.01	Baixa de Ativos Permanentes	20	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-225.843	-176.811	-182.415
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-186	-312	-1.435
6.02.02	Adições ao intangível	-204.873	-176.499	-180.980
6.02.03	Aplicação Financeira Vinculada	-20.784	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	219.062	168.203	174.365

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.03.01	Captações	412.921	26.734	296.199
6.03.02	Pagamentos	-206.314	-1.541	-131.991
6.03.03	Aumento de capital	15.000	145.000	12.000
6.03.04	Imposto de renda retido na fonte sobre mútuo	-2.545	-1.990	-1.843
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	82.613	12.539	-1.701
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.551	8.012	9.713
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	103.164	20.551	8.012

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	213.001	0	0	-21.726	0	191.275
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	213.001	0	0	-21.726	0	191.275
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.000	0	0	0	0	15.000
5.04.01	Aumentos de Capital	15.000	0	0	0	0	15.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.548	0	17.548
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.548	0	17.548
5.07	Saldos Finais	228.001	0	0	-4.178	0	223.823

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	68.001	0	0	-12.997	0	55.004
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	68.001	0	0	-12.997	0	55.004
5.04	Transações de Capital com os Sócios	145.000	0	0	0	0	145.000
5.04.01	Aumentos de Capital	145.000	0	0	0	0	145.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.729	0	-8.729
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.729	0	-8.729
5.07	Saldos Finais	213.001	0	0	-21.726	0	191.275

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	56.001	0	0	-378	0	55.623
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	56.001	0	0	-378	0	55.623
5.04	Transações de Capital com os Sócios	12.000	0	0	0	0	12.000
5.04.01	Aumentos de Capital	12.000	0	0	0	0	12.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.619	0	-12.619
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-12.619	0	-12.619
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-13.723	0	-13.723
5.05.02.07	Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	0	0	0	1.104	0	1.104
5.07	Saldos Finais	68.001	0	0	-12.997	0	55.004

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	409.285	315.202	244.841
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	409.058	315.126	244.725
7.01.02	Outras Receitas	227	76	116
7.01.02.03	Receitas acessórias	227	76	116
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-286.558	-256.287	-212.551
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.350	-40.734	-34.150
7.02.04	Outros	-238.208	-215.553	-178.401
7.02.04.01	Custo dos serviços de construção	-209.365	-180.198	-149.546
7.02.04.02	Custos dos serviços prestados	-19.671	-29.976	-26.334
7.02.04.03	Custo da provisão para manutenção	-7.759	-5.379	-2.521
7.02.04.04	Custo da concessão	-1.413	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	122.727	58.915	32.290
7.04	Retenções	-17.155	-13.861	-7.020
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.155	-13.861	-7.020
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	105.572	45.054	25.270
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.042	8.310	10.173
7.06.02	Receitas Financeiras	7.662	875	1.157
7.06.03	Outros	4.380	7.435	9.016
7.06.03.01	Juros Capitalizados	4.380	7.435	9.016
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	117.614	53.364	35.443
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	117.614	53.364	35.443
7.08.01	Pessoal	26.856	17.272	15.299
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.804	13.256	12.059
7.08.01.02	Benefícios	5.626	3.133	2.467
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.426	883	773
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.013	10.821	4.879
7.08.02.01	Federais	22.042	4.237	458
7.08.02.03	Municipais	9.971	6.584	4.421
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	24.246	23.943	20.368

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.03.01	Juros	21.130	19.573	15.536
7.08.03.02	Aluguéis	87	150	116
7.08.03.03	Outras	3.029	4.220	4.716
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	0	0	467
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados	3.029	4.220	4.249
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	17.548	-8.729	-12.619
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.548	-8.729	-12.619
7.08.05	Outros	16.951	10.057	7.516
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	15.600	6.842	2.749
7.08.05.02	Juros Capitalizados	1.351	3.215	4.767



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA FERNÃO DIAS S/A

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Fernão Dias S/A submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. As informações financeiras a seguir estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Autopista Fernão Dias S.A. foi outorgada em Julho de 2007 através da licitação correspondente ao Edital nº 002/2007, constituída em 19 de dezembro de 2007 e teve suas operações iniciadas em 15 de agosto de 2008, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), publicado em 15 de fevereiro de 2008, e tem por objetivo exclusivo a exploração do Lote 05 do Programa Federal de Concessões Rodoviárias, compreendendo o trecho da rodovia BR-381 SP/MG que liga São Paulo/SP a Belo Horizonte/ MG. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração sob forma de concessão de serviço público precedido de obra pública, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com o direito de cobrança de pedágio. O prazo de concessão é de 300 meses (25 anos), contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, não sendo admitida a prorrogação do mesmo.

O Lote 05 tem uma extensão de 562,1 km, passando pelos municípios de Guarulhos, São Paulo, Mairiporã, Atibaia, Bragança Paulista, Vargem, Extrema, Itapeva, Camanducaia, Cambuí, Estiva, Pouso Alegre, São Sebastião da Bela Vista, Careagu, São Gonçalo do Sapucaí, Campanha, Três Corações, Carmo da Cachoeira, Nepomuceno, Lavras, Ribeirão Vermelho, Perdões, Santo Antônio do Amparo, Oliveira, Carmópolis de Minas, Itaguara, Itatiaiuçu, Rio Manso, Brumadinho, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Betim e Contagem. A Rodovia Fernão Dias – objeto da Concessionária Autopista Fernão Dias - exerce importante papel do ponto de vista econômico, pois faz parte do principal corredor rodoviário de interligação dos mais importantes pólos econômicos das regiões Sudeste e Sul do Brasil e destas com os principais países do MERCOSUL. Em termos de movimentação de cargas e passageiros, os volumes de tráfego são mais altos nas extremidades, pela proximidade das duas Capitais, apresentando no trecho Atibaia/SP/Atibaia tráfego médio diário superior a 88 mil veículos e da mesma forma no trecho Betim/Contagem/Betim.

Atualmente, a Companhia opera oito praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Relatório da Administração



Nome da Praça	Localização	Tarifa
Mairiporã P1 Norte	BR 381 KM 65+559	1,40
Mairiporã P1 Sul	BR 381 KM 66+572	1,40
Vargem P2	BR 381 KM 7+250	1,40
Cambuí P3	BR 381 KM 900+877	1,40
São Gonçalo do Sapucaí P4	BR 381 KM 805+129	1,40
Carmo da Cachoeira P5	BR 381 KM 735+506	1,40
Santo Antônio do Amparo P6	BR 381 KM 658+267	1,40
Carmópolis de Minas P7	BR 381 KM 597+677	1,40
Itatiaiuçu P8	BR 381 KM 545+937	1,40

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

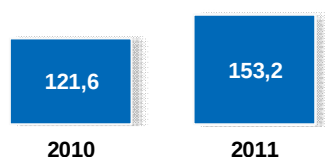
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 153,2 milhões veículos equivalentes em 2011, 25,9%, superior quando comparado com o exercício anterior. Reflexo basicamente pela não operação em 2010 na totalidade do número de praças previstas, sendo que a oitava praça iniciou atividade em setembro de 2010.

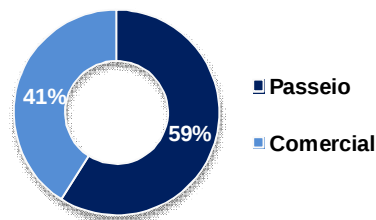
Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes
(milhões)



Composição do Tráfego – 2011

Relatório da Administração



Receita

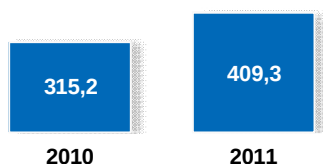
A receita bruta da companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 409,3 milhões em 2011, com crescimento de 29,8% em relação aos R\$ 315,2 milhões registrados em 2010.

A receita de pedágio cresceu 48%, passando de R\$ 134,9 milhões em 2010 para R\$ 199,7 milhões em 2011. A principal razão foi o início das operações da Praça de Pedágio de Mairiporã, conforme já explicado no item de tráfego.

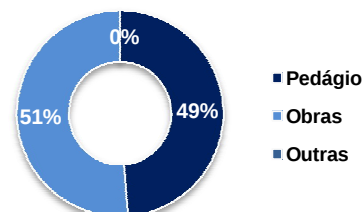
Já a receita de obras registrou aumento R\$ 29,2 milhões (16,2%), passando de R\$ 180,2 milhões em 2010 para R\$ 209,4 milhões em 2011. Esse aumento foi em decorrência de maior número de obras executadas ao longo da rodovia.

No ano de 2011 a companhia obteve receita líquida de R\$ 392,0 milhões, R\$ 88,3 milhões superior ao ano de 2010.

Receita Bruta
(R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta
Ano 2011



Relatório da Administração



Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2011	2010	Var.
Custo dos serviços de construção	(209,4)	(180,2)	16,2%
Serviços de terceiros	(19,6)	(26,4)	-25,8%
Pessoal	(31,9)	(20,6)	54,9%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(7,8)	(5,4)	44,4%
Conservação	(19,7)	(18,4)	7,1%
Verba de fiscalização	(9,5)	(8,9)	6,7%
Seguros e garantias	(2,9)	(2,2)	31,8%
Remuneração da Administração	(0,8)	(0,7)	14,3%
Consumo	(2,6)	(1,2)	116,7%
Outros	(14,3)	(12,9)	10,9%
Custos e despesas	(318,5)	(276,9)	15,0%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram aumento de 15% em 2011 em comparação ao exercício de 2010. O aumento foi ocasionado (i) pela variação da rubrica “custo de serviços da construção” registrado em função da adoção do ICPC 01, com contrapartida em receitas de obras em igual valor e, portanto, sem impacto no resultado; (ii) pela variação dos demais custos e despesas abaixo relacionados:

- Redução dos serviços prestados em R\$ 6,8 milhões em decorrência da absorção da mão de obra de arrecadadores de pedágio anteriormente terceirizada.
- Aumento de R\$ 11,3 milhões de Pessoal se deu em decorrência da internalização da mão de obra dos operadores de pedágio, em setembro de 2010.
- Aumento de R\$ 2,4 milhões em “Provisão p/ manutenção em rodovias” em razão a expectativa de manutenção, segundo contrato de concessão. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores.

EBITDA

R\$ milhões	2011	2010	Var.
Receita líquida	392,0	303,7	29,1%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(318,5)	(276,9)	15,0%
EBITDA	73,5	26,8	174,3%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	7,8	5,4	44,4%
EBITDA Ajustado	81,3	32,2	152,5%

Relatório da Administração



EBITDA ((Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços na rodovia, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2011 em R\$ 81,3 milhões, com um aumento de 152,5% foi influenciado principalmente pela arrecadação da Praça de Pedágio de Mairiporã, sendo 12 meses em 2011 e 4 meses em 2010, considerando também o aumento no fluxo de veículos.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2011	2010	Var.
Receitas Financeiras	7,7	0,9	775,7%
Despesas Financeiras	(37,1)	(26,9)	38,2%
Resultado Financeiro Líquido	(29,4)	(26,0)	13,3%

O resultado financeiro líquido de 2011 fechou negativo em R\$ 29,4 milhões 13,3% maior em relação ao ano 2010. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram:

- Aumento de R\$ 6,8 milhões das receitas financeiras, devido maiores disponibilidades de recursos.
- Enquanto que as despesas financeiras foram maiores em R\$ 10,2 milhões devido aos juros sobre as liberações do empréstimo de longo prazo junto ao BNDES.

Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2011 com lucro líquido de R\$ 17,5 milhões, ante prejuízo de R\$ 8,7 milhões em 2010. Isso se deve principalmente ao aumento da receita de pedágio, reflexo da retomada da economia e da apropriação da totalidade (12 meses) da receita da Praça de Pedágio de Mairiporã sendo que em 2010 a apropriação foi de 4 meses, além do esforço da administração na contenção de custos e despesas.

Relatório da Administração



Lucro Líquido (R\$ milhões)



Endividamento

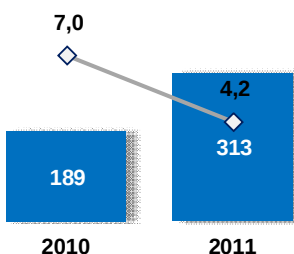
R\$ milhões	31/12/2011	31/12/2010	Var.
Dívida Bruta	415,8	209,3	98,6%
Curto Prazo	11,8	205,5	-94,2%
Longo Prazo	403,9	3,8	10468,4%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(103,2)	(20,6)	402,0%
Dívida Líquida	312,6	188,8	65,6%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento bruto totalizava R\$ 415,8 milhões, apresentando aumento de R\$ 206,5 milhões, 98,6% em relação ao ano anterior. O aumento da dívida resulta principalmente ao tombamento do empréstimo ponte para longo prazo e a liberação de novas tranches junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2011 em R\$ 312,6 milhões, apresentando aumento de R\$ 123,8 milhões em relação ao montante de R\$ 188,8 milhões registrado no encerramento do exercício de 2010. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado ficou em 4,2x.

Dívida Líquida e Grau de Alavancagem



Relatório da Administração



INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$ 205,0 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos previstos, dentre os quais vale destacar: (i) as obras de execução da primeira etapa do contorno de Betim; (ii) recuperação do pavimento; (iii) construção de passarelas. Do montante desembolsado 70% foi para obras de recuperação da rodovia, 9% para obras de operação da rodovia e 21% para obras de melhoramento da rodovia (destaque para as passarelas).

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2011	2010
Empregos Diretos	873	809
Rotatividade	6,49%	21,37%

Em 2011, nosso quadro de empregados teve um crescimento de 8% em comparação a 2010, fechando o ano com 873 empregados. Isso se deu em complementação ao processo de internalização do número de operadores de pedágio.

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de mulheres, sendo em números 450 mulheres contra 423 homens. A média de idade está concentrada em 38 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), com 76% dos empregados. Destacamos que 10% possuem nível superior completo.

Ao longo de 2011, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 17.651 horas de treinamento, o que corresponde, em média a 20,21 horas de treinamento por profissional.

Relatório da Administração



RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Na questão social, a Autopista Fernão Dias possui como um dos seus compromissos o desenvolvimento das comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde e meio ambiente. Destacamos em 2011, a realização de etapas dos projetos Viva Motociclista, Viva Motorista, Viva Saúde, Passarela Viva e Projeto Viva Meio Ambiente.

O “Projeto Viva Meio Ambiente” 2011 contou com a participação de 17 escolas municipais sediadas nos municípios que são cortados pela rodovia, que leva conhecimento e cidadania a mais de 6.514 alunos. Para 2012, outras cinco escolas vão aderir ao Projeto.

O objetivo do programa é desenvolver uma série de ações para a promoção da consciência ambiental em escolas de municípios próximos às rodovias federais sob concessão da OHL.

Os educadores participam de dinâmicas de grupo alusivas ao meio ambiente e recebem todo o material pedagógico a ser distribuído a alunos, professores e escolas do projeto, na forma de kits, livros e gibis educativos. No decorrer do ano acontecem encontros com os educadores, para avaliação das ações desenvolvidas e realimentação do processo.

Outras ações notórias que acontecem dentro da responsabilidade social são as campanhas direcionadas aos motoristas, motociclistas e pedestres.

Programa “Viva Motociclista”: os motociclistas são orientados sobre conceitos de direção defensiva, participam de avaliações de saúde (exames de pressão arterial e índice de massa corpórea) e recebem gratuitamente revisão de alguns itens da moto e são instalados adesivos refletivos que auxiliam no aumento da visibilidade noturna do veículo.

Programa “Viva Saúde”: promove campanhas de saúde dirigidas aos motoristas, principalmente os caminhoneiros, público-alvo do programa Viva Saúde. Em cada campanha, os condutores recebem orientação e realizam exames de saúde gratuitos.

Programa “Passarela Viva”: promove ações educativas e de conscientização sobre travessia segura da rodovia. Os pedestres recebem panfletos com orientações sobre o uso correto da passarela.

A Autopista Fernão Dias tem obtido regularmente as licenças e autorizações necessárias às obras, quer seja no âmbito federal, estadual ou municipal e tem cumprido as condicionantes ambientais estabelecidas nos monitoramentos, medidas compensatórias e/ou mitigadoras.

No ano de 2011, a concessionária deu andamento à implementação do Sistema de Gestão Ambiental - SGA, iniciado em 2009 e baseado nas normas ISO 14001/2004, principalmente no que se refere à gestão de resíduos.

Relatório da Administração



AGRADECIMENTOS

A Concessionária Autopista Fernão Dias S/A gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de funcionários, pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Relatório da Administração



Pouso Alegre, 20 de Março de 2012.

A Administração

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Omar de Castro Ribeiro Júnior

Diretor Superintendente

Conselho de Administração

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho

Presidente

Juan Luís Osuna Gómez

Conselheiro

Felipe Ezquerro Plasencia

Conselheiro

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade anônima domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, km 850,5, constituída em Assembléia geral realizada em 19 de dezembro de 2007. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). Suas atividades compreendem exclusivamente a exploração, sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos iniciado em 15 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da rodovia.

2. CONCESSÃO

A Sociedade possui o Contrato de Concessão e Exploração da Rodovia BR-381-MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte - São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado em 15 de fevereiro de 2008 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade e decorrentes da concessão da rodovia, conforme Contrato de Concessão, são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$7.916 na data-base da concessão. A partir de 31 de dezembro de 2011 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$167.556 a valor nominal, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme determinado no Contrato de Concessão.

A verba de fiscalização é corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.

Notas Explicativas

- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.
- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, fato que ocorreu em 29 de março de 2010 com a concessão de Registro de Sociedade de Capital Aberto categoria “B” pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as informações trimestrais à ANTT e publicá-las.

A Sociedade assumiu os principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa.
- 94,26 km de vias laterais.
- 10,3 km de variantes/contornos.
- Construção de 50 passarelas.
- Construção de 8 praças de pedágio.
- Construção de 12 bases de serviços de atendimento ao usuário.
- Reforma de postos de pesagem existentes.
- Implantação de novos postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla.
- Implantação de 208,681m de defensas metálicas.
- Implantação de 62,556m de barreiras de concreto.
- Implantação de 1 retorno operacional.
- Complementação e Conclusão de 9 Trevos inacabados pelo DNIT.
- Remodelação do Sistema Viário Fernão Dias x Dutra e Combate a Enchentes entre o km 88 e o km 90.

Notas Explicativas

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em dezembro de cada ano com base na variação do IPCA.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por esta implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade estima, na data-base de 31 de dezembro de 2011, os montantes de R\$385.503 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$578.246 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do Contrato de Concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - foram registrados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 21.2.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade mantém registrado o montante de R\$25.996 relativo a gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) que indicam o registro como resultado quando incorrido.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma.

Notas Explicativas

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos períodos estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionado à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pela interpretação técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC-01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível, avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, segregando principalmente os investimentos em dois grupos: investimentos que geram potencial de receita adicional, daqueles que não geram.

Notas Explicativas

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - foram estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 21.2.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em função da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando contrata serviços de construção, a concessionária deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, e aos custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra pelas empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparos e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida aos custos dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas

Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundo, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritos aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. As aplicações financeiras estão classificadas na categoria específica como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 12, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

4.3. Intangível

A Sociedade reconheceu um ativo intangível resultante do Contrato de Concessão pelo direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Por tratar-se de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Notas Explicativas

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) será reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Notas Explicativas

4.8. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 21.

4.9. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou serviços são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita oriunda da cobrança de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

4.10. Ativos e passivos objetos de ajuste a valor presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente, levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada por meio do método de projeção do fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada mediante aplicação da taxa de desconto de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

- b) Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontadas mediante aplicação da taxa de desconto de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e respectivos saldos a valor presente nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:		
Provisão para manutenção em rodovias - real	1.172	-
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	1.134	-
Efeito de ajuste a valor presente	38	-
Provisão para investimentos - real	2.178	2.246
Provisão para investimentos a valor presente	2.107	2.134
Efeito de ajuste a valor presente	71	112
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo não circulante:		
Provisão para manutenção em rodovias - real	21.578	8.555
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	14.590	8.274
Efeito de ajuste a valor presente	6.988	281
Provisão para investimentos - real	4.292	4.894
Provisão para investimentos a valor presente	3.904	4.651
Efeito de ajuste a valor presente	388	243

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

4.11. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

5. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES EMITIDOS RECENTEMENTE E AINDA NÃO APLICADOS PELA SOCIEDADE

Os pronunciamentos contábeis do “International Accounting Standards Board - IASB”, a seguir, foram publicados e/ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A Sociedade implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações tornarem-se obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros Divulgações	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2011.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39 - Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração.	Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12.	Períodos anuais iniciados em ou em 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “joint ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional.	Períodos anuais iniciados em ou em 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou em 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando este é exigido por outros pronunciamentos	Períodos anuais iniciados em ou em 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	Alterações ao IAS 27 - Demonstrações Separadas.	Períodos anuais iniciados em ou em 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R) Investimentos em Coligadas	Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada.	Períodos anuais iniciados em ou em 1º de janeiro de 2013.
IAS 19 - Benefícios a Empregados	Benefícios a empregados.	Períodos anuais iniciados em ou em 1º de janeiro de 2013.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC” listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Sociedade em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações financeiras.

<u>Pronunciamento/Interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 1 - Modificações à IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2011.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados em 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2011.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos e Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2010.

Notas Explicativas**6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Representados por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e bancos	3.012	5.080
Aplicações financeiras (*)	<u>100.152</u>	<u>15.471</u>
	<u>103.164</u>	<u>20.551</u>

(*) Representadas por aplicações em fundos de investimentos, com carteiras compostas por títulos com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Cotas de fundos de investimento	<u>100.152</u>	<u>15.471</u>
	<u>100.152</u>	<u>15.471</u>

7. CONTAS A RECEBER

Representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Pedágio eletrônico a receber	8.826	7.226
Cupons de pedágio a receber	<u>1.005</u>	<u>875</u>
	<u>9.831</u>	<u>8.101</u>

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de 30 dias.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Seguros	708	450
Adiantamento a fornecedores	332	297
Outros	<u>14</u>	<u>25</u>
	<u>1.054</u>	<u>772</u>
Circulante	1.054	770
Não circulante	-	2

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Representados por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	1.223	682
Outros impostos a recuperar	<u>134</u>	<u>251</u>
	<u>1.357</u>	<u>933</u>

Notas Explicativas**10. APLICAÇÃO FINANCEIRA VINCULADA**

Conforme nota explicativa nº 15 item “j”, a Sociedade deve manter depositado em conta de reserva junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Esse valor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$20.939.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Representados por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Diferenças temporárias:		
Bases do ativo diferido:		
Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais:		
Prejuízo antes dos impostos	(24.773)	(32.153)
Efeito de adições e exclusões:		
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(24.773)	(32.153)
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>8.423</u>	<u>10.932</u>
Ajustes dos impostos diferidos por mudança de práticas contábeis:		
Mudança de critério da amortização de investimentos	22.907	12.537
Amortização de intangível de obras futuras	(565)	(349)
Provisão para manutenção de rodovias	(15.724)	(8.274)
Resultado financeiro de ajuste a valor presente	(1.317)	(1.520)
Reversão de capitalização de juros	<u>(356)</u>	<u>(300)</u>
	4.945	2.094
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(1.681)</u>	<u>(712)</u>

O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pelos órgãos da Administração da Sociedade, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais é limitada a 30% do lucro tributável do exercício, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

<u>Exercício a findar-se em</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
2012	2.379	290
2013	2.082	210
2014	2.814	-
2015	1.148	349
Após 2016	<u>-</u>	<u>9.754</u>
Total do ativo não circulante	<u>8.423</u>	<u>10.932</u>

Notas Explicativas

<u>Exercício a findar-se em</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
2012	(49)	(10)
2013	(52)	(20)
2014	(55)	(21)
2015	(58)	(23)
Após 2016	<u>(1.467)</u>	<u>(638)</u>
Total do passivo não circulante	<u>(1.681)</u>	<u>(712)</u>

12. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é como segue:

	<u>Móveis utensílios e instalações</u>	<u>Equipamento mobiliário</u>	<u>Prédios e benfeitorias</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Andamento</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado bruto</u>							
Saldo em 01.01.2010	2.438	93	11	456	2.562	-	5.560
Adições	<u>54</u>	<u>77</u>	<u>11</u>	<u>108</u>	<u>5</u>	-	<u>255</u>
Saldo em 31.12.2010	2.492	170	22	564	2.567	-	5.815
Adições	9	21	-	51	105	-	186
Transferências	(2.326)	-	(22)	-	-	-	(2.348)
Alienações/baixas	-	-	-	-	(80)	-	(80)
Saldo em 31.12.2011	<u>175</u>	<u>191</u>	<u>-</u>	<u>615</u>	<u>2.592</u>	<u>-</u>	<u>3.573</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 01.01.2010	(44)	(16)	(2)	(110)	(484)	-	(656)
Depreciação	<u>(300)</u>	<u>(15)</u>	<u>-</u>	<u>(97)</u>	<u>(517)</u>	-	<u>(929)</u>
Saldo em 31.12.2010	(344)	(31)	(2)	(207)	(1.001)	-	(1.585)
Depreciação	295	(18)	2	(121)	(523)	-	(365)
Alienações/baixas	-	-	-	-	60	-	60
Saldo em 31.12.2011	<u>(49)</u>	<u>(49)</u>	<u>-</u>	<u>(328)</u>	<u>(1.464)</u>	<u>-</u>	<u>(1.890)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2010	2.148	139	20	357	1.566	-	4.230
Saldo em 31.12.2011	126	142	-	287	1.128	-	1.683
Taxa anual de depreciação - (%)	10	10	4	20	20	-	-

13. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é como segue:

	<u>Intangível em rodovias - obras e serviços (a)</u>	<u>Licenças de software</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Adiantamentos a fornecedores</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do intangível bruto</u>					
Saldo em 01.01.2010	256.850	359	80.402	7.063	344.674
Adições	136.312	35	49.977	(6.676)	179.648
Transferências	<u>76.123</u>	<u>-</u>	<u>(76.123)</u>	-	-
Saldo em 31.12.2010	469.285	394	54.256	387	524.322
Adições	100.772	194	73.338	3.090	177.394
Transferências	<u>20.910</u>	<u>-</u>	<u>(18.562)</u>	-	<u>2.348</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>590.967</u>	<u>588</u>	<u>109.032</u>	<u>3.477</u>	<u>704.064</u>

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Licenças de software	Intangível em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 01.01.2010	(3.639)	(59)	-	-	(3.698)
Amortização	<u>(8.697)</u>	<u>(82)</u>	-	-	<u>(8.779)</u>
Saldo em 31.12.2010	(12.336)	(141)	-	-	(12.477)
Amortização	<u>(12.533)</u>	<u>(103)</u>	-	-	<u>(12.636)</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>(24.869)</u>	<u>(244)</u>	-	-	<u>(25.113)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2010	456.949	253	54.256	387	511.845
Saldo em 31.12.2011	566.098	344	109.032	3.477	678.951
Taxa anual de amortização (%)	2,51	20	-	-	-

(a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros sendo amortizados com base na curva de tráfego projetada.

14. DIFERIDO

Representado por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	6.576	6.576
Consumo	8.659	8.659
Custos contratuais da concessão	8.876	8.876
Depreciações e amortizações	103	103
Conservação da rodovia	9.473	9.473
Serviços de terceiros	1.837	1.837
Tributários	2.229	2.229
Resultados financeiros	(690)	(690)
Outros gastos	<u>2</u>	<u>2</u>
Subtotal	37.065	37.065
Amortização acumulada	<u>(11.069)</u>	<u>(6.915)</u>
Total	<u>25.996</u>	<u>30.150</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

Notas Explicativas

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Representados por:

<u>Passivo circulante</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a a 4,5% a.a.	2.056	2.017
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,8% a 3,58% a.a.	<u>9.782</u>	<u>203.508</u>
		<u>11.838</u>	<u>205.525</u>
<u>Passivo não circulante</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a a 4,5% a.a.	1.782	3.822
Financiamento de investimentos (BNDES L.P) (b)	TJLP + 2,21% a.a.	<u>402.141</u>	<u>-</u>
		<u>403.923</u>	<u>3.822</u>
<u>Ano de vencimento</u>			<u>Valor</u>
2013			24.618
2014			24.268
2015			26.139
Acima de 2016			<u>328.898</u>
Total			<u>403.923</u>

A Sociedade capitalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o percentual médio de 12% dos juros sobre os empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa nº 4.5.

- (a) Refere-se a contratos para a compra de grupos geradores, caixas d' água, sistema de controle de tráfego e quadros de distribuição de força e luz. A garantia desses empréstimos e financiamentos é a alienação fiduciária dos bens e aval por meio de nota promissória em montante equivalente a 130% do valor principal de cada contrato e vence de agosto de 2013 a março de 2015.
- (b) Refere-se a contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a execução de serviços iniciais, de recuperação, melhoramentos e infraestrutura para operação da rodovia, elaboração dos projetos e cadastro, assim como construção da sede da Concessionária e, ainda, despesas pré-operacionais, visando à exploração, pela beneficiária, do Lote 05 (BR-381), no trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, referente ao Contrato de Serviço Público, precedido da Execução de Obra Pública, celebrado entre a União, por intermédio da ANTT, e a Sociedade, em 14 de fevereiro de 2008. Em 15 de julho de 2011, houve a renegociação do empréstimo de curto prazo, junto ao BNDES, denominado "empréstimo ponte", sendo simultaneamente liberado o empréstimo de longo prazo, ambos com a mesma finalidade.

O empréstimo de longo prazo obtido junto ao BNDES é garantido pelo produto da cobrança do pedágio, objeto do Contrato de Concessão. O empréstimo e a garantia estão formalizados por contrato de financiamento mediante abertura de crédito e contrato de cessão fiduciária de receitas, administração de contas e outras avenças, respectivamente, ambos firmados em 4 de julho de 2011. Por meio destes contratos, a Sociedade e o Acionista estão sujeitos a certas obrigações conforme a seguir:

Notas Explicativas

Da Sociedade

No exercício de 2011, a Sociedade assinou contrato com o BNDES para o financiamento dos investimentos de longo prazo. Esse contrato possui cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos Contratos de Financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento dos Contratos de Concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos Contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados;
- e) Manter em uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência dos Contratos.
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:
 - 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
 - 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
 - 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:
 - 3.1 À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Sociedade.
 - 3.2 Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.
 - 3.3 Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos Contratos.
- h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

Notas Explicativas

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

<u>Geração de Caixa da Atividade</u>	<u>Serviço da Dívida</u>	<u>EBITDA</u>
(+) EBITDA	(+) Amortização de princip	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES.
- j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Sociedade no contrato de financiamento, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.
- k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:
 - (a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico.
 - (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.
 - (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
 - (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção do Contrato de Concessão.
 - (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no calculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

Do acionista

- a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da concessionária, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da concessionária ou em transferência do controle acionário da concessionária, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da concessionária.
- b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da concessionárias, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico da concessionária ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.

Notas Explicativas

- c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da concessionária, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- d) Manter, durante a vigência do Contrato, suas atuais participações no capital social da concessionária, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social da concessionária, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos Contratos, a totalidade das ações emitidas pela concessionária.
- f) Na hipótese de extinção dos Contratos de Concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões das concessionária ou ainda por falência ou recuperação judicial da concessionária, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término dos Contratos de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.
 - 1) Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do Contrato de Concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas do contrato com o BNDES nas datas das Demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas

16. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de R\$19.242 (R\$14.165 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Encargos sociais e trabalhistas	1.437	1.035
Provisão para férias	1.698	1.142
Participação nos lucros e resultado	1.669	1.023
Outras obrigações sociais	-	603
	<u>4.804</u>	<u>3.803</u>

Notas Explicativas**18. OBRIGAÇÕES FISCAIS**

Representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
IRPJ	302	270
PIS	119	100
COFINS	548	463
Tributos federais retidos	1.013	523
Tributos municipais retidos	<u>1.405</u>	<u>1.157</u>
Total	<u>3.387</u>	<u>2.513</u>

19. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estavam representados, respectivamente, por R\$8.062 e R\$5.987.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Substancialmente representadas pelas seguintes operações:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:		
Controladora:		
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	38.278	23.871
Contas a pagar:		
Controladora:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (c)	306	1.506
Partes relacionadas:		
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	868	1.314
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	4.048	3.077
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	366	330
Concessionária Rod.Int. Paulista - Intervias	<u>4</u>	<u>-</u>
	<u>5.592</u>	<u>6.227</u>
Passivo não circulante:		
Controladora:		
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	110.000	110.000

	<u>Resultado</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Controladora:		
Juros de mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	16.951	13.272
Partes relacionadas:		
Execução de obras:		
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	868	1.314
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	4.048	3.077
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	<u>366</u>	<u>330</u>
	<u>5.282</u>	<u>4.721</u>

(a) Referem-se a mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da

Notas Explicativas

Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("OHL Brasil") (Sociedade controladora) no processo de licitação da concessão e notas de débitos relacionados às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. A Administração pagará do valor principal em 31 de dezembro de 2013, após o vencimento dos juros. O saldo é composto como segue:

Data da liberação	Vencimento dos juros	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor	
				31.12.2011	31.12.2010
04/09/2008	Dezembro de 2012	CDI + 1,037% a.a.	10.000	13.743	12.408
17/09/2008	Dezembro de 2012	CDI + 1,037% a.a.	13.000	17.794	16.065
28/11/2008	Dezembro de 2012	CDI + 1,037% a.a.	12.000	17.686	14.477
05/11/2008	Dezembro de 2012	CDI + 1,037% a.a.	17.000	17.563	20.668
06/10/2008	Dezembro de 2012	CDI + 1,037% a.a.	13.000	22.893	15.968
27/10/2008	Dezembro de 2012	CDI + 1,037% a.a.	13.000	16.035	15.856
05/12/2008	Dezembro de 2012	CDI + 1,037% a.a.	16.000	21.331	19.259
19/12/2008	Dezembro de 2012	CDI + 1,037% a.a.	<u>16.000</u>	<u>21.233</u>	<u>19.170</u>
Total			<u>110.000</u>	<u>148.278</u>	<u>133.871</u>
Circulante				38.278	23.871
Não circulante				110.000	110.000

- (b) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("OHL Brasil").
- (c) As demais operações com a OHL referem-se a valores a pagar relativos a gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da OHL em Leilão da concessão e notas de débito de despesas advocatícias e outras similares.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade provisionou os montantes de R\$788 e R\$650, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da Diretoria e respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados - PLR, registrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são de R\$1.669 e R\$1.023, respectivamente. A Sociedade pagou em 31 de março de 2011 o montante de R\$1.010, referente a PLR registrado no exercício de 2010.

As metas são como seguem:

I. Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados, inclusive os que foram demitidos no período de abrangência deste plano.

Notas Explicativas

Participam os empregados que não foram dispensados por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

II. Definição dos valores

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas, o tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões.

21. PROVISÕES

21.1. Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante, no montante de R\$7.702 e R\$8.433 em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente, referem-se a discussões judiciais cíveis, para as quais não há provisão para riscos registrada, em virtude de os respectivos riscos serem classificados como possíveis ou remotos.

A movimentação do saldo das provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é conforme seguem:

	<u>01.01.2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31.12.2010</u>
Processos cíveis	42	42	-	84
Processos trabalhistas	196	57	-	253
Processos tributários	<u>212</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>215</u>
	<u>450</u>	<u>102</u>	<u>-</u>	<u>552</u>
	<u>31.12.2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31.12.2011</u>
Processos cíveis	84	47	-	131
Processos trabalhistas	253	-	(5)	248
Processos tributários	<u>215</u>	<u>-</u>	<u>(215)</u>	<u>-</u>
	<u>552</u>	<u>47</u>	<u>(220)</u>	<u>379</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em outros processos cíveis e trabalhistas em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão para riscos. Tais processos totalizam R\$484 em 31 de dezembro de 2011 (R\$940 em 2010).

	<u>01.01.2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31.12.2010</u>
Processos cíveis	136	458	-	594
Processos trabalhistas	<u>-</u>	<u>346</u>	<u>-</u>	<u>346</u>
	<u>136</u>	<u>804</u>	<u>-</u>	<u>940</u>
	<u>31.12.2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31.12.2011</u>
Processos cíveis	594	-	(390)	204
Processos trabalhistas	<u>346</u>	<u>-</u>	<u>(66)</u>	<u>280</u>
	<u>940</u>	<u>-</u>	<u>(456)</u>	<u>484</u>

Notas Explicativas

21.2. Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

As contabilizações para manutenção e investimentos nas rodovias são calculadas, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias, sendo que, na provisão de investimentos, são considerados os valores até o final da concessão e, na manutenção, são considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos na nota explicativa nº 3.4.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é conforme segue:

	Circulante		Não Circulante	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldo em 01.01.2010	-	1.292	2.602	6.461
Adições	-	1.789	5.672	-
Utilizações	<u>-</u>	<u>(947)</u>	<u>-</u>	<u>(1.810)</u>
Saldo em 31.12.2010	-	2.134	8.274	4.651
Adições/baixas	-	(1.141)	7.450	367
Transferências	<u>1.134</u>	<u>1.114</u>	<u>(1.134)</u>	<u>(1.114)</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>1.134</u>	<u>2.107</u>	<u>14.590</u>	<u>3.904</u>

22. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Os saldos de R\$807e R\$743, nas datas de 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente, referem-se às despesas com a taxa de fiscalização a ser recolhida à ANTT, com o objetivo de cobrir a fiscalização da concessão. O valor é anual, dividido em 12 parcelas iguais e mensais, e sua correção será pelo mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

23. ADIANTAMENTO DE SEGUROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade possuía adiantamentos nos montantes de R\$5.202 e R\$10.326, respectivamente, relativos à indenização do Itaú Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais da rodovia.

Os procedimentos estabelecidos para os casos de danos patrimoniais, ou seja, aqueles que afetam diretamente a rodovia, como queda de taludes, danos à ponte ou ao viaduto, determinam a comunicação formal do evento à seguradora. Tal comunicação ensejará a elaboração de um projeto para recuperação do local atingido, elaboração de orçamento e cronograma físico-financeiro, documentos fundamentais para determinação do valor final a ser indenizado pela seguradora. Na hipótese de se concluir, ao fim da regulação do sinistro, que o montante indenizado não é devido ou é superior ao devido, a Sociedade tem o compromisso de efetuar a imediata devolução da importância indevida.

Notas Explicativas

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é de R\$228.001 e R\$213.001, respectivamente, e está representado por 228.001.003 e 213.001.003 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Quantidade de ações subscritas	Participação - %	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	228.001.000	99.9999	213.001.000	99.9999
Conselho da Administração	<u>3</u>	<u>0.0001</u>	<u>3</u>	<u>0.0001</u>
	<u>228.001.003</u>	<u>100,00</u>	<u>213.001.003</u>	<u>100,00</u>

O aumento de capital em dinheiro ocorrido no exercício, no montante de R\$15.000, foi correspondido pela movimentação de 15.000.000 ações ordinárias. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

a) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de retenção de lucros, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

25. RECEITAS

Representadas por:

	31.12.2011	31.12.2010
Receita de serviços prestados	199.693	134.928
Receita de serviços de construção	209.365	180.198
Receitas acessórias	<u>227</u>	<u>76</u>
	<u>409.285</u>	<u>315.202</u>

Notas Explicativas

A seguir, está a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receita bruta	409.285	315.202
ISSQN	(9.969)	(6.582)
PIS	(1.302)	(878)
COFINS	(6.011)	(4.058)
Abatimentos	(33)	-
Receita líquida	<u>391.970</u>	<u>303.684</u>

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Representados por:

<u>Custos</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Custo de construção	(209.365)	(180.198)
Com pessoal	(24.973)	(14.645)
Serviços de terceiros	(17.074)	(24.314)
Depreciação/amortização	(15.787)	(12.271)
Provisão para manutenção em rodovia	(7.759)	(5.379)
Conservação	(19.693)	(18.394)
Taxa de fiscalização	(9.460)	(8.891)
Outros custos	(16.626)	(14.052)
Total	<u>(320.737)</u>	<u>(278.144)</u>

<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Com pessoal	(6.915)	(5.945)
Serviços de terceiros	(2.597)	(2.101)
Depreciação/amortização	(1.368)	(1.590)
Consumo	(648)	(1.838)
Transportes	(786)	(685)
Outros	(1.865)	(397)
Total	<u>(14.179)</u>	<u>(12.556)</u>

27. RESULTADO FINANCEIRO

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, está representado por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	7.509	875
Outras receitas	153	-
Total	<u>7.662</u>	<u>875</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(35.461)	(23.809)
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	203	(652)
Outras despesas	(1.846)	(2.390)
Total	<u>(37.104)</u>	<u>(26.851)</u>

Notas Explicativas**28. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	26.859	(13.074)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	<u>(9.132)</u>	<u>4.445</u>
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Efeitos de adições e exclusões	<u>(179)</u>	<u>(100)</u>
Receita/(Despesa) de imposto de renda e contribuição social composta por:	<u>(9.311)</u>	<u>4.345</u>
Correntes	(5.833)	-
Diferidos	<u>(3.478)</u>	<u>4.345</u>
	<u>(9.311)</u>	<u>4.345</u>

29. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Aquisição de intangível registrado em obrigações nas contas de fornecedores, fornecedores partes relacionadas, cauções contratuais e outras contas a pagar	(31.859)	5.328
Capitalização de juros	4.380	7.435

30. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	17.548	(8.729)
Número de ações durante o exercício	<u>228.001</u>	<u>213.001</u>
Lucro por ação - básico	<u>0,07696</u>	<u>(0,04098)</u>
<u>Diluído</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	17.548	(8.729)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	<u>227.179</u>	<u>124.891</u>
Lucro por ação - diluído	<u>0,07724</u>	<u>(0,06989)</u>

Notas Explicativas

A quantidade média ponderada de ações ordinárias no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

- Empréstimos e financiamentos: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.
- Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.
- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Notas Explicativas

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade e suas controladas não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
	<u>Empréstimos</u>	<u>Empréstimos</u>
<u>Ativos</u>	<u>e recebíveis</u>	<u>e recebíveis</u>
Caixa e equivalentes de caixa	103.164	20.551
Aplicações financeiras	20.939	-
Contas a receber de clientes	9.831	8.101

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
	<u>Passivos financeiros</u>	<u>Passivos financeiros</u>
<u>Passivos</u>	<u>ao custo amortizado</u>	<u>ao custo amortizado</u>
Fornecedores	19.242	14.165
Empréstimos e financiamentos	415.761	209.347
Partes relacionadas	43.870	30.098
Outras contas a pagar	347	1.368

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade não possui saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
	<u>(provável)</u>	<u>(+ 25%)</u>	<u>(+ 50%)</u>
CDI (1)	9,50%	11,88%	14,25%
Receita de aplicações financeiras	11.504	14.380	17.255
Juros a incorrer Mútuo (2)	(14.086)	(17.608)	(21.130)
TJLP (1)	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer (2)	(24.907)	(31.133)	(37.360)
Juros a incorrer, líquidos	<u>(27.489)</u>	<u>(34.361)</u>	<u>(41.235)</u>

Notas Explicativas

(1) Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN de 30.12.2011.

(2) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelas IFRSs, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Advém da possibilidade de as controladas da Sociedade não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade e suas controladas mantêm contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as controladas apresentavam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$8.826 e R\$7.226, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

As controladas possuem Carta de Fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação de contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

Gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada)	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016 em diante</u>	<u>Total</u>
	<u>efetiva % a.a.</u>						
BNDES - L.P.	8,21%	43.089	53.325	53.325	53.325	453.261	656.325
FINAME	8,15%	2.262	1.594	206	50	-	4.112

Notas Explicativas

32. BENEFÍCIOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

33. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de melhoramento e recuperação da rodovia e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da verba de fiscalização. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2011, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	165.000
	Responsabilidade civil	25.100
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	110.096

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade está dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2012.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos Diretores e Acionistas da
Autopista Fernão Dias S.A.
Pouso Alegre - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Fernão Dias S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Autopista Fernão Dias S.A., essas práticas diferem das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", somente pela opção da manutenção do saldo do ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 22 de Março de 2012.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Hélio Wellichen
Contador
CRC nº 1 SP 130122/O-0 "S" MG

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses”.